COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE

XXXII Reunião Ordinária | Biênio 2019/2020

22/11/2018

Casa do Meio Ambiente - Barreiras - BA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se, na Casa do Meio Ambiente da Cidade de Barreiras – Bahia, às 09:30 horas, os membros do Comitê da Bacia do Rio Grande e convidados para realização da XXXII Reunião Ordinária do CBHGRANDE com a seguinte pauta: **1. Abertura e informes; 2. Aprovação da ata da XXXI Reunião Ordinária do CBGRANDE ocorrida em 21/09/2018; 3. Diálogo sobre mediação de conflitos (Cinturão Verde e Comunidade Mangabeira); 4. Criação e composição de Câmaras Técnicas para o biênio 2019/2020; 5. Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do planejamento para o Biênio 2019/2020; 6. Licenciamento de Barragens; 7. O que ocorrer.** No item **1 – Abertura e Informes**: Após verificação de *quórum,* com a presença de 20 membros do CBHG, o Presidente Sr. Demosthenes Junior iniciou-se a reunião às 09:49 horas agradecendo aos membros pela confiança na nova diretoria, sendo apresentada a da pauta conforme a convocatória. Inicialmente, foram dados os seguintes informes: existência de conflitos e a necessidade de compor um grupo de trabalho para mediar conflitos, também foi mencionado o recebimento de ofícios da Prefeitura Municipal de São Desidério solicitando posicionamento do CBHG quanto ao Licenciamento de Barragens e também oficio com solicitação da indicação de membros do CBHG para o Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas (FBCBH). **2. Aprovação da ata da XXXI Reunião Ordinária do CBGRANDE ocorrida em 21/09/2018;** Após solicitação de leitura da ata pelo fato de ter sido enviada nas vésperas desta plenária, eu fiz a leitura da ata, em seguida o Sr. Sderlon solicitou a palavra e mencionou a necessidade de agradecimento especialmente a diretoria anterior, a Sra. Amanda solicitou que assunto do indeferimento da candidatura do Sr. Andrei na composição da chapa 1 no processo de eleição da Diretoria ficou subentendido e tratado de maneira simplória, transparecendo pouca importância ou pouca atenção ao fato e solicitou melhoria no texto, a solicitação foi considerada, necessitando a retificação da Ata da XXXI Reunião Ordinária, o Sr. Antonio do

Carmo também solicitou correção no trecho do texto que menciona os projetos submetidos a CCRMSF, retificar que não foi inscrito nenhum projeto da Bacia do Rio Grande, feita a correção o Sr. Claudionor com a palavra falou da importância dos membros do CBHG visitar as comunidades, identificar conflitos de maneira a identificar os problemas in loco. Em seguida prosseguiu se como tema **3. Diálogo sobre mediação de conflitos (Cinturão Verde e Comunidade Mangabeira);** o presidente mencionou a existência de conflitos na Bacia do Rio Grande e passou a palavra para o técnico o Técnico do Inema Michael, que proferiu a apresentação do caso do conflito instalado no Ribeirão Boa Sorte no qual existem 8 barramentos, alguns instalados pelo poder público (Codevasf e Prefeitura) e outros feitos pelos próprios moradores, o caso envolve cerca de 100 famílias, os barramentos tem finalidade de uso da água para irrigação superficial. Diversas instituições tentaram resolver os conflitos Codevasf, EBDA, Policia Civil, Prefeituras de Barreiras e Catolandia, porém, diante das tentativas ainda não foi solucionado por nenhuma das tentativas, há relatos de ameaça de morte entre os usuários de água. As populações à montante não querem perder a derivação da água dos canais para o uso para a irrigação e não querem liberar a água dos moradores à jusante que também precisam utilizar a água, os mesmo não tem condições para perfurar poços, além disso a qualidade da água é inferior, o que não atende a necessidade daqueles usuários. Este conflito traz como consequência, que o riacho era perene e passou a ser intermitente, alguns usam e coloca cadeado, outros sentindo a falta de água, outros perfuram a comporta, a situação é que os usuários não possuem autorização para uso da água, todos são pequenos produtores rurais, há demanda, porém não tem gestão pelo uso da água. Do ponto de vista ambiental, existe infrações grave a gravíssima, além da falta de estrutura do sistema de canais e do barramento, o que poderá ocasionar sérios problemas a jusante, no caso da ocorrência de chuva forte e rompimento dos barramentos. O INEMA fez 4 fiscalizações, as notificações não são atendidas e não se resolveu os conflitos, entre as varias reuniões em vários barramentos (bezerro, barrocão de cima e Mantiqueira), esclarecendo como deveria ser o funcionamento e uso, apesar dos usuários demonstrar entendimento nas reuniões, na prática nada cumprido como

demonstrado interesse nas reuniões. Não havendo retorno das prefeitura de Barreiras e Catolandia, município que envolve o território dos conflitos, sentiu-se a necessidade de levar a conhecimento do comitê e solicita atuação do CBHG e Ministério Público quanto as medidas a serem tomadas. Apresentaram as seguintes propostas: Reuniões com diversas instituições públicas da SDR, Inema, Cerb, Codevasf, Sema dos municípios (Catolandia, Barreiras), Secretarias de agricultura e meio ambiente CBHG; providenciar a regularização dos barramentos, fazer as adequações necessárias, manutenção e reparo dos barramentos públicos e elaboração de projetos de irrigação. Foi mencionado a existência de um fiscal da PMB manter um fiscal para controle da irrigação no período noturno. Com a palavra a Sra. Fernanda, colocou que reconhece a necessidade de deixar a água passar e chagar ao rio e em se tratando de comunidade rurais "é importante evitar o êxodo rural, á água é de todos e não de ninguém e deverá correr para o rio, é importante a atuação de todas instituições assumir e resolver o problema para que se faça o uso dos recursos hídricos corretamente", destacou a Sra. Fernanda. O Sr. Antonio do Carmo, pediu a palavra para explicar a citação da Codevasf na problemática, primeiramente esclareceu que é evidente que o consumo é maior que a disponibilidade, é necessário consenso com as populações, os empreendimentos das Codevasf são feitos com base em solicitação dos município e comunidade e faz o empreendimento e não faz a gestão, os empreendimentos são feitos em uma época que eram necessários e suficiente para a demanda da época que foram construídos, entretanto, como a Codevasf não é responsável pela manutenção, obvio que os problemas surgirão em algum momentos que a demanda ultrapassa a disponibilidade, a Codevasf implanta o empreendimento e através de termo de cessão entrega a comunidade para uso comum e gestão pelos usuários, ainda mencionou que em gestões anteriores, o comitê delibera e as deliberações não são acatadas e se continuar desta maneira, não convém continuar deliberando se não forem acatadas. Com a Palavra o Sr. Cisino falou que este problema não é pontual e que existe e existirão outros casos semelhantes, que o uso da água é legal e deve se cumprir a lei que a água é um bem público de uso comum e dotada de valor econômico, na lei está claro que o

uso da água tem prioridade e tem que ser obedecido por todos, e sugeriu que o o CBHG emita documento para o CONERH deliberar para os municípios fazerem a gestão destes rios para então os municípios tomarem decisões, pois o Estado não irá resolver isso a curto prazo. O Sr. Antonio do Carmo falou que resta saber se os municípios concordam em administrar estes rios. O Prefeito de Barra, declarou que não há perspectiva das prefeituras assumir a responsabilidade de gerir as aguas no âmbito do município, porque assumir a mais responsabilidades e não receber repasse de recursos para a atuação, não tem como gerir. O Presidente, destacou que não adianta levar o assunto imediatamente para o CONERH, antes é preciso tratar no CBHG. Com a palavra Sderlon, mencionou a variação climática em função do El Nino e la Nina que ocorrerá estas variações em vazões dos rios, concorda com ideia do presidente tratar este assunto em nível de CBHG e depois submeter aos conselhos e sugeriu o envolvimento das Prefeituras de Barreiras e Catolândia, Inema e Comitê de Bacia, o Sr., Demonsthenes complementou que a sociedade civil também deverá ser envolvida. O Sr. Sderlon solicitou para o CBHG deliberar e sobre o acompanhamento do Aterro sanitário no município de Luis Eduardo Magalhães e solicitou atuação do CBHG que acompanhe a licença e o andamento deste caso. Com a palavra o Sr. Danilo Kumagai, destacou que o município de Luis Eduardo Magalhães pretende instalar um aterro sanitário no território da APA da Bacia do Rio de Janeiro, próximo as nascentes dos rios de Janeiro, Entrudo e Balsa, o aterro fica a 300 m do rio entrudo e mesmo com a instalação de mantas impermeáveis, não deixa de ser um deposito de lixo que põe em risco inclusive as cachoeiras do acaba vidas e redondo. O Sr. Saul Reis mencionou que o CBHG deverá acompanhar o caso do aterro sanitário e que não será fácil resolver essa problemática por envolver Licenciamento ambiental. Amanda, ratificou a fala do Sr. Saul no que se refere o envolvimento do comitê na resolução de conflitos e elencou a necessidade de formar um grupo para atuação na mediação dos conflitos, para debruçar neste assunto e tentar uma solução em todas as esferas, poder público, sociedade e outros, pois este assunto não se resolverá em curto prazo pela complexidade que representa. Cisino, destacou a finalidade do grupo deverá analisar também a possibilidade

de armazenamento de água. A Sra. Silvana mencionou que deverá verificar a possibilidade de ser tratado em alguma câmara técnica. O Sr. Arnaldo mencionou que as comunidade tem tradição de ocupar áreas que não deveriam ser utilizadas para plantio que é necessário implementar a educação ambiental nos municípios e investir na contratação de técnicos qualificados para assumir tais funções, destacou que a gestão municipal com substituição por quadriênio dificulta a resolução destes problemas, pois os membros são substituídos por outras mentalidade e outros objetivos. O Sr José Arnaldo provocou que o CBHG deverá abranger todos os municípios e deverá socializar aos demais municípios, alguns municípios não estão cientes destas problemáticas. É importante trabalhar a revitalização das nascentes de maneira a evitar a instalação de conflitos. Em conformidade com as discussões, o Presidente propôs a criação de um grupo técnico de trabalho formado pelos membros deste comitê representantes das Prefeituras de Barreiras, INEMA, Amina, IAIBA e UNEB e providenciar o envolvimento da Prefeitura Municipal de Catolandia, ficando assim formado o grupo para tratar a questão dos conflitos pelo uso da água na Bacia do Rio Grande. Com a palavra Sderlon solicitou empenho das câmaras técnicas para serem atuantes e mais eficientes, chamou a atenção dos membros do CBHG se ausentarem das plenárias e saírem antes da conclusão das discussões "é necessário que os membros tenham comprometimento com a participação nas câmaras técnicas, especialmente órgãos públicos, Embasa e Cerb e destacou ainda que é necessário avançar as discussões sobre outorgas, se possível chamar a ANA, INEMA para identificar outorgas". Na pauta **4. Criação e composição de Câmaras Técnicas para o biênio 2019/2020**; o presidente procedeu com a composição da Câmara Técnica de Educação Ambiental que foi composta por: 1)Andrei Lopes Arruda, 2)Silvana Canario (SEMA), 3)Maria Jacinta, 4)Enoc Lima do Rego (UNEB) e 5)Ronaldo Ursulino (SEMA Barreiras); a composição da Câmara Técnica de Programas, Planos e Projetos – CTPPP, ficou composta por: 1)Amanda Santos Silva (desenvolvimento), 2)Aurenilde Aires dos Santos (Associação Procultura de Formosa do Rio Preto), 3)Arnaldo José dos Santos (CABER), 4)Claudio Apio (ACRIOESTE) e 5)José Arnaldo (Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto);

A Câmara técnica Institucional Legal foi composta por: 1)Mauricio Gatto (Irrigante), 2)Olegário Macedo (AIBA) e 3)Raiana Brandão (PMB), ficando para completar a composição em outra plenária conforme indicação de membros; A Câmara Técnica de Outorga e Cobrança ficou composta por: 1)Carolina Zuttion (Usuário), 2)Douglas Castro, 3)Sderlon Lopes (AMINA), 4)Antonio do Carmo (Codevasf) e 5)Samara Silva (UFOB). **5. Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do planejamento para o Biênio 2019/2020;** O espaço foi cedido para o Sr. Bruno Jardim para proferir uma apresentação e explanar sobre planos de Bacia visando subsidiar o CBHG na elaboração da programação na elaboração do planejamento para o próximo Biênio. O plano da Bacia contratado em 2012, parte dos trabalhos não foram aprovados, por isso o plano que deveria ser concluído em 2013, não foi concluído. 8 oito consórcios estão concorrendo e tem uma comissão que estão analisando as propostas e o Inema fará o acompanhamento. Acredita que ainda este ano terão a contratação do consórcio para trata dos planos de Bacia. Estudos da Ana realizados sobre o Urucuia, poderão ser incluídos nos planos de bacias, em especial na revisão do plano de Bacia do São Francisco, mas precisa ver de que maneira poderão serem incorporados, além disso poderão ser incorporados informações do ZEE. Será importante a participação do CBHG em 6 (seis) Reuniões de andamento, 2 (duas) oficinas, 1 (um) consulta pública e 3 (três) reuniões plenárias. Estas 3 (três) reuniões plenárias deverão ter duração de 1 (um) dia, ser realizadas ao longo dos 14 (quatorze) meses e conter a participação do CBH e respectivas câmaras técnicas; Nas 2 (duas) oficinas de percepção da sociedade, na verdade são dois conjuntos de oficinas que envolvem diagnóstico e planejamento, por isso são conjunto de oficinas. Nestas oficinas é necessário diagnosticar, a percepção dos atores, os problemas, conflitos, como está a questão das outorgas e cobrança. Bruno Jardim destacou a importância de um bom diagnostico e destacou o envolvimento do comitê nas discussões na resolução de conflitos, "é importante investigar cada fato". Para evitar o volume excessivo dos planos de Bacia, o Estado está utilizando uma metodologia que consiste na emissão de notas técnicas sobre cada assunto. As oficinas serão itinerantes e realizadas em pontos distintos de maneira descentralizada para diagnosticar os

problemas em vários locais. Na Consulta pública, serão apresentados o diagnóstico e o prognóstico de cada bacia. As 6 (seis) reuniões de andamento são de caráter técnico e deverão ser distribuídas em casa fase do plano. Em seguida o Sr. Bruno Jardim, agradeceu pela disponibilidade e solicitou o CBHG para incluir nos compromissos do comitê as atividades previstas no Plano da Bacia. Com a palavra o Sr. Presidente sugeriu a formação de um grupo de trabalho para fazer o planejamento para o Biênio 2019/2020 sendo formada por dois membros de cada Câmara Técnica. A convocatória para a reunião com grupo de trabalho deverá ser feita por e-mail para a primeira semana de dezembro. **6. Licenciamento de Barragens;** em seguida o presidente, iniciou a tratativa do oficio recebido da prefeitura municipal de São Desidério para deliberar sobre licenciamento de barramento. O Sr. Sderlon mencionou que é necessário tratar na CTIL, o Sr. Bruno Jardim falou da necessidade de identificar a função do barramento e o Sr. Saul destacou que não é atribuição definir sobre a legislação de barramento, ficando definido que este caso será encaminhado para ser tratado e discutido na CTIL. **7. O que ocorrer**, o presidente mencionou o ofício com solicitação de indicação para representar o CBHG no Fórum Baiano dos Comitês de Bacias, o Sr. Sderlon pediu a palavra e solicitou esclarecimento sobre a legitimidade, qual o instrumento que foi criado o FBCBH, para então indicar os membros. O Sr. Bruno Jardim esclareceu que a ideia do Fórum Baiano dos Comitês é facilitar a interação entre os CBHs e que vai verificar qual o instrumento foi criado, se foi no âmbito do CONERH ou como será. Sderlon, ainda provocou que se o FBCB foi criado sem consenso entre os comitês, que o FBCB é impositivo. O Sr. Arnaldo citou o exemplo da Secretaria de Segurança Pública, em abrir sala para realizar videoconferência para tratar as demandas e indicar para então conduzir o Fórum. O Sr. Bruno ponderou que não sabe se todos os CBHs tem suporte para realizar videoconferência. Foi indicado para compor o Poder público: Saul Reis (titular - Poder Público), Demosthenes Junior (suplente - Poder Público), Sderlon (titular - Sociedade Civil) Aurenilde (suplente - Sociedade Civil), Mauricio Gatto (titular – Usuário), Elisa Zancanaro Zanella (suplente – Usuário). Retornando para o caso do aterro sanitário, o presidente perguntou a plenária qual a sugestão: o Sr. Arnaldo sugeriu que o CBHG deverá

solicitar a PMLEM encaminhar uma minuta do projeto. Sr. Saul mencionou que o conselho Gestor da APA foi convidado para apresentar o projeto e que é meta do proponente apresentar o projeto a todas instituições publicas e sociedade. O presidente se comprometeu em tentar agendar a reunião com a Prefeitura de LEM para uma visita e conhecimento do fato, conforme sugerido pelo Sr. Sderlon, ficando disponível para acompanha o Sr. Mauricio Gatto e outros a depender da disponibilidade. A Sra. Amanda mencionou a necessidade de monitoramento da participação dos membros as plenárias, para posterior notificação dos membros. O Sr. Bruno Jardim ratificou a proposta da Sra. Amanda, que foi contestada pelo Sr. Sderlon que esclareceu se começar a cortar os membros pelas falhas, vai ocorrer um esvaziamento do comitê a ponto de não ocorrer *quórum*. Após esgotar os assuntos, o presidente declarou como encerrada a XXXII Plenária do Comitê da Bacia do Rio Grande às 13:17h, da qual eu, Glauciana Araujo, secretária do CBHGRANDE, lavrei a presente ata.

Ata aprovada no dia 08 / 03 / 2019

Demósthenes da Silva Nunes Junior
Presidente do CBHGRANDE
Jr_nunes@hotmail.com
(77)9 9933-1209

Glauciana Pereira de Araujo
1º. Secretária do CBHGRANDE
glaucia@aiba.org.br
(77)9 9910-6806 9860-6114